



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
CURSO DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

THAYNARA PONTES CARDOSO

**INSTITUTO VERDELUZ E JUVENTUDES: AÇÕES DESENVOLVIDAS COMO
FERRAMENTA DE MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS**

FORTALEZA

2021

THAYNARA PONTES CARDOSO

INSTITUTO VERDELUZ E JUVENTUDES: AÇÕES DESENVOLVIDAS COMO
FERRAMENTA DE MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS

Monografia apresentada ao Curso de Gestão de Políticas Públicas do Departamento de Estudos Interdisciplinares da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Suely Salgueiro Chacon

FORTALEZA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C268i Cardoso, Thaynara Pontes.
Instituto Verdeluz e Juventudes: ações desenvolvidas como ferramenta de mudanças socioambientais /
Thaynara Pontes Cardoso. – 2021.
55 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências
Agrárias, Curso de Gestão de Políticas Públicas, Fortaleza, 2021.
Orientação: Profa. Dra. Suely Salgueiro Chacon.

1. Juventudes. 2. Políticas públicas. 3. Educação ambiental. 4. Instituto Verdeluz. I. Título.

CDD 320.6

THAYNARA PONTES CARDOSO

INSTITUTO VERDELUZ E JUVENTUDES: AÇÕES DESENVOLVIDAS COMO
FERRAMENTA DE MUDANÇAS SOCIOAMBIENTAIS

Monografia apresentada ao Curso de Gestão de Políticas Públicas do Departamento de Estudos Interdisciplinares da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Gestão de Políticas Públicas.

Aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Suely Salgueiro Chacon (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Gil Célio de Castro Cardoso
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Verônica Salgueiro do Nascimento
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

À minha família Fernando, Conceição e Thays.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela sabedoria, por ter me dado suporte nos momentos difíceis e acalmado meu coração.

Ao meu pai Fernando, minha mãe Conceição e minha irmã Thays por todo amor, apoio e incentivo aos meus estudos.

Aos meus amigos de curso Jéssica Venâncio, Lívia Rocha, Robert Alves e Paulo Henrique que tive o prazer de conhecer e de formar uma amizade, pois vocês tornaram a universidade mais leve e divertida.

Ao meu namorado Janderson Pedro, companheiro e melhor amigo que me incentiva, apoia e ajuda em tudo que desejo realizar e aquele quem andou ao meu lado e segurou as minhas mãos quando eu me sentia abalada.

À professora e orientadora Suely, a quem admiro por todo seu conhecimento e tenho como inspiração para atuar com a área ambiental. Agradeço pelo encorajamento e carinho durante a escrita.

Ao professor Gil e professora Verônica por aceitarem fazer parte da minha banca e por contribuírem com meu aprendizado ao longo da minha graduação.

À professora Celecina, com toda sua alegria, conhecimento, carinho que pude vivenciar ao seu lado e o cuidado que teve comigo. Uma mulher que sempre irei admirar.

À professora Rita Cláudia e todos que estive ao lado no NEGIF, que pude compartilhar ótimos momentos, vocês sempre estarão em minha memória.

Às minhas amigas Lara Calixto e Rebeca Leite que a UFC me presenteou, mesmo distantes seguimos torcendo uma pela outra.

À minha família de coração Jucinete, Veridiano e Jamilly pelo carinho e incentivo presente desde da escola.

Aos voluntários(as) que se dispuseram a colaborar com minha pesquisa.

À Universidade Federal do Ceará por todo aprendizado e experiências maravilhosas vividas.

A todos aqueles que me animaram e contribuíram de alguma forma para que eu chegasse até aqui.

“A responsabilidade social e a preservação ambiental significa um compromisso com a vida” (João Bosco).

RESUMO

O Instituto Verdeluz é uma Organização Não Governamental (ONG), localizada na cidade de Fortaleza-CE, que busca promover mudanças na sociedade por meio da Educação Ambiental (EA), ativismo e conservação. Formada principalmente por jovens universitários, desenvolve ações com o objetivo promover o debate e a criticidade da realidade ambiental. O presente trabalho busca analisar compreensão dos voluntários do Instituto Verdeluz sobre as políticas ambientais. Para contextualizar sobre o tema foi discutido sobre a Educação Ambiental, políticas públicas, juventude e a descrição da instituição aqui estudada. A partir do objetivo geral, foram definidos os objetivos específicos: descrever as ações desenvolvidas pelo Instituto Verdeluz desde sua criação, traçar o perfil dos(as) participantes dos projetos de EA do Instituto Verdeluz e verificar a visão dos jovens do Instituto Verdeluz sobre os impactos das ações para mudanças socioambientais. Os instrumentos de análise utilizado foi a triangulação, com o suporte de fontes secundárias e entrevista semiestruturada. A pesquisa teve a colaboração voluntários e uma das membras fundadoras da ONG para a realização das entrevistas. A pesquisa iniciou no final do ano de 2019, mas se manteve parada retomando a sua escrita em 2021. Como resultados, observou que a ONG busca trabalhar através de suas ações a Educação Ambiental, como ferramenta de mudança de paradigma, através da participação de políticas públicas para a construção de uma sociedade mais consciente e conectada com o meio ambiente, contrário ao modelo de desenvolvimento atual que não é compatível com a sustentabilidade.

Palavras-chave: Juventudes. Políticas Públicas. Educação Ambiental. Instituto Verdeluz.

ABSTRACT

Verdeluz Institute is a Non Governmental Organization (NGO), located in the city of Fortaleza-CE, which seeks to promote changes in society through Environmental Education (EE), activism and conservation. Formed mainly by young university students, it develops actions with the objective of promoting debate and criticality of the environmental reality. This paper seeks to analyze the understanding of Verdeluz Institute volunteers about environmental policies. To contextualize the theme, Environmental Education, public policies, youth and the description of the institution studied were discussed. From the general objective, the specific objectives were defined: describe the actions developed by Verdeluz Institute since its creation, to outline the profile of the participants in the Environmental Education projects of Verdeluz Institute and to verify the vision of young people at Verdeluz Institute about the impacts of actions for socio-environmental changes. The analysis used were triangulation, with the support of secondary sources and semi-structured interviews. The research had the collaboration of volunteers and one of the founding members of the NGO to carry out the interviews. The research began at the end of 2019, but remained stopped, resuming its writing in 2021. As a result, it was observed that the NGO seeks to work through its actions on Environmental Education, as a tool for changing the paradigm, through the participation of policies for the construction of a society more aware and connected to the environment, contrary to the current development model that is not compatible with sustainability.

Keywords: Youth. Public Policy. Environmental Education. Verdeluz Institute.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – GÊNERO.....	32
Gráfico 2 – FAIXA ETÁRIA.....	33
Gráfico 3 – LOCALIZAÇÃO.....	34
Gráfico 4 – RENDA FAMILIAR.....	35
Gráfico 5 – TEMPO DE ATUAÇÃO.....	35
Gráfico 6 – RELIGIÃO.....	36

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EA	Educação Ambiental
GRU	Grupo de Estudos e Articulações sobre Resíduos Urbanos
GTAR	Grupo de Proteção das Tartarugas Marinhas
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PIPA	Programa de Participação e Informação Ambiental
PNEA	Política Nacional de Educação Ambiental
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	14
2.1 Tipo de estudo e abordagem.....	14
2.2 Local e período do estudo	14
2.3 Participantes e Instrumentos de Coleta de Dados	15
2.4 Análise dos Dados	16
3 REVISÃO DE LITERATURA.....	17
3.1 Breve histórico da Educação Ambiental	17
3.2 Políticas Públicas	19
3.3 Juventude e Protagonismo	21
4 INSTITUTO VERDELUZ.....	28
5 ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DOS(AS) VOLUNTÁRIOS(AS).....	37
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA VOLUNTÁRIOS DO INSTITUTO VERDELUZ.....	51
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MEMBRO FUNDADORA DO INSTITUTO VERDELUZ.....	52
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA JOVENS VOLUNTÁRIOS(AS) DO INSTITUTO VERDELUZ A MAIS DE 1 ANO	54
APENDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	56

1 INTRODUÇÃO

Temas relacionados à sustentabilidade, educação ambiental e políticas públicas socioambientais vêm sendo discutidos por diversas instituições nacionais e internacionais, principalmente sobre a sua relevância para o bem-estar da sociedade e o equilíbrio ambiental.

A partir de 1930 pôde-se visualizar a construção gradativa de políticas públicas ambientais no Brasil. Exemplo disso são as ações de Educação Ambiental (EA), uma prática educativa formal e não formal que visa promover conhecimentos para jovens e adultos sobre a preservação e a importância da natureza em conjunto com a sociedade e o seu desenvolvimento.

Educação Ambiental surge como política pública no Brasil a partir da instauração da Lei nº 6.938, de 1981, a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Desde então outros marcos legais foram decretados, como o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), que busca assegurar, através da transversalidade e da interdisciplinaridade, a ligação das diversas dimensões da sustentabilidade ambiental, ao desenvolvimento do país, visando a participação social no envolvimento na proteção e melhoria das condições ambientais (EDUCAÇÃO AMBIENTAL POR UM BRASIL SUSTENTÁVEL, 2014).

A pesquisa tem como objetivo geral analisar a partir da compreensão dos jovens do Instituto Verdeluz sobre políticas ambientais e os impactos das ações realizadas.

Como objetivo específico busca-se descrever as ações desenvolvidas pelo Instituto Verdeluz em Fortaleza, desde sua criação, traçando o perfil dos(as) jovens participantes dos projetos de EA do Instituto Verdeluz e investigar a visão dos(as) voluntários(as) do Instituto Verdeluz sobre os impactos das ações para mudanças socioambientais.

Abordar a juventude no presente trabalho se dá pela relação do Instituto Verdeluz e o seu trabalho com esse público-alvo, população que historicamente vem se fazendo presente cada vez mais nos espaços públicos e políticos e protagonizando as transformações da sociedade (LIVRO DAS JUVENTUDES SUL-AMERICANAS, 2010).

Para a realização da pesquisa levanta-se as seguintes questões: a) Como a vida do voluntário está relacionada com a questão ambiental e sociedade? b) Quais as motivações dos(as) jovens voluntários(as) para abraçarem a causa ambiental na cidade de Fortaleza através do Instituto Verdeluz.

A intenção de se trabalhar com as temáticas de juventude, políticas públicas e as questões ambientais ocorre pelo interesse pessoal na área ambiental e um contínuo contato com estudos sobre o tema da juventude. Ao iniciar os estudos como estudante do curso de Economia Doméstica tive a oportunidade de participar como bolsista em projetos de pesquisas da

Universidade Federal do Ceará (UFC) que tratavam sobre a temática de juventude do campo, abordando também a educação no campo e agroecologia.

A partir de então, comecei a ter um novo olhar para o que era o campo, tão diferente do que eu conhecia, um espaço de luta, de reconhecimento, onde os jovens participavam como protagonistas. Ao ingressar no Curso de Gestão de Políticas Públicas, dando continuidade aos projetos, também passei a ter um maior contato com as políticas públicas ambientais, o que me instigou a querer trabalhar com as temáticas aqui apresentadas.

Tratar as temáticas em questão é pertinente e necessário, tendo em vista as crises ambientais atuais e as consequências para a população. A Educação Ambiental e políticas públicas oportunizam a formação de cidadãos reflexivos e críticos para o desenvolvimento de uma sociedade mais sustentável.

O presente estudo está dividido em cinco capítulos, além dessa breve introdução. O primeiro capítulo traz a abordagem metodológica utilizada na pesquisa; o capítulo dois uma contextualização dos temas Educação Ambiental, juventude, políticas públicas e Organizações Não Governamentais para melhor discussão do estudo; no capítulo três apresenta o surgimento do Instituto Verdeluz, os setores e projetos atuais existentes e como desenvolvem suas atividades; no capítulo quatro as concepções de voluntários das ações do Verdeluz, em seguida apresenta-se as considerações finais após as ideias explanadas neste trabalho e por fim as referências e apêndices utilizados.

2 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Este capítulo descreve a metodologia aplicada para o desenvolvimento da pesquisa qualitativa. Foi utilizado o tipo de pesquisa exploratória, com o uso de entrevista semiestruturada e estudos documentais. Para a análise dos dados foi aplicado o procedimento de triangulação para consolidar as conclusões levantadas.

2.1 Tipo de estudo e abordagem

A pesquisa é de abordagem qualitativa e exploratória. A análise qualitativa “[...] é válida, sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais.” (BRANDIN, 1997, p.115). Enquanto pesquisa exploratória, requer um levantamento bibliográfico sobre nos itens juventude, Educação Ambiental, participação política e políticas públicas, para se ter uma maior proximidade com o objeto de estudo.

Para conseguir alcançar os objetivos propostos é preciso conhecer a experiência desses jovens no projeto. Nessa perspectiva, investigar sobre o processo formativo dos jovens, a participação política, interessa para pesquisadora perceber a dinâmica dessas práticas, e para isso, partiremos do próprio olhar dos voluntários, buscando, não somente conhecer, mas estar sempre aberta às possibilidades que possam advir do campo empírico.

Segundo Gil (2002, p.17), “[...] a pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos. Na realidade, a pesquisa desenvolve-se ao longo de um processo que envolve inúmeras fases”.

A pesquisa inicia-se com a leitura dos documentos do Instituto Verdeluz e bibliográfica, assim, fazendo o uso da leitura exploratória sobre a questão de juventude, participação e EA, buscando verificar se o material é pertinente para a pesquisa em questão, posteriormente foi selecionado, analisado e interpretado para relacionar o assunto com outros conteúdos relevantes.

2.2 Local e período do estudo

Inicialmente o *locus* da pesquisa se deu na antiga sede o Instituto Verdeluz localizada na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, na rua Meton de Alencar,

s/n no Centro da cidade. Contudo, durante o período da pandemia de COVID-19 que se iniciou no ano de 2020, a sede foi alocada para Transforme Coworking, rua Torres Câmara, casa 47, no bairro Aldeota, um espaço colaborativo com práticas sustentáveis.

2.3 Participantes e Instrumentos de Coleta de Dados

Foram realizadas visitas de campo à unidade em que o instituto Verdeluz se encontrava e a participação da pesquisadora como voluntária na organização do I Congresso Cearense de Sustentabilidade Aplicada (I CONCESA) promovida pela ONG em setembro de 2019. Nos momentos de encontro de reuniões com os voluntários do Verdeluz e voluntários externos da organização que estavam como responsáveis pela coordenação do evento foi apresentado a ONG, seus objetivos com a proposta do evento e o que se idealizava, concomitante a isso foi observado se a construção do evento ia de encontro com as propostas que a entidade apresentou.

Inicialmente tinha-se como objetivo participar das atividades desenvolvidas pelo Verdeluz, mas devido ao período turbulento do novo Coronavírus (COVID-19) as atividades realizadas pelo instituto nos meses iniciais de 2020 foram suspensas pois o estado do Ceará aderiu ao período de quarentena, além disso, o próprio instituto buscou cumprir com as indicações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e as ações do Governo do Estado que tomou medidas para evitar a propagação do vírus.

O trabalho de campo envolve métodos e procedimentos, os quais têm que se adequar ao grupo selecionado, pois as perspectivas dos sujeitos serão consideradas e para isso, foi pensado no uso do diário de campo relatando as observações pertinentes.

Como instrumento para coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 3 jovens que participam como voluntário(a) do Verdeluz há mais de um ano e uma das fundadoras do instituto Verdeluz. As entrevistas foram marcadas segundo a disponibilidade e localidade de cada um, e lhes foram apresentados os objetivos da pesquisadora, assim como o termo de consentimento livre e esclarecido. A partir do material coletado e de suas falas foi feita a análise de conteúdo. Faz-se necessário o uso da entrevista semiestruturada para ter uma maior flexibilidade em explorar a questão referente à pesquisa durante a conversa. (LAKATOS, 2003).

2.4 Análise dos Dados

Para Gil (2002) o período de análise e interpretações é essencial para o pesquisador elaborar suas compreensões do conteúdo, a partir das inter-relações entre as categorias escolhidas, onde o papel da pesquisadora será compreender e dar respostas às investigações realizadas. A análise de conteúdo proposta buscará relacionar os assuntos abordados na pesquisa com a juventude e a questão ambiental.

O procedimento utilizado para a análise de dados será a triangulação que, segundo Zappellini e Feuerschütte (2015 apud FLICK 2013), o método é o meio de compreensão dos dados e permite fazer o estudo a partir de no mínimo duas perspectivas privilegiadas buscando uma resposta com a combinação de diferentes tipos de dados.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo é apresentado o conceito de Educação Ambiental, políticas públicas, juventude e Organizações Não Governamentais e seu contexto histórico. Percebe-se que essas questões se relacionaram para a construção das políticas ligadas as questões ambientais atuais.

3.1 Breve histórico da Educação Ambiental

Data-se que nos anos 60 teve início o movimento ambientalista nos Estados Unidos. O primeiro encontro para se estudar e discutir sobre as questões econômicas e ambientais foi por meio do Clube de Roma (1968), que gerou o relatório Limites de Crescimento, o qual relatava que ao continuar com o modelo econômico que utilizava indiscriminadamente dos recursos naturais, esses iriam entrar em colapso em 100 anos. Posteriormente na década de 1970 ocorreu em Estocolmo, na Suécia, a I Conferência Mundial sobre Meio Ambiente Humano e Desenvolvimento, onde foi elaborada a Declaração sobre o Meio Ambiente Humano (1972).

Ali estiveram reunidos representantes de 113 países junto aos quais a ONU pretendeu estabelecer uma visão global e princípios comuns que servissem de norma à humanidade para a preservação e melhoria do ambiente humano. Naquela Conferência o destaque foi o escândalo internacional produzido pelas declarações dos representantes do governo brasileiro ao afirmarem que, para o Brasil, mais importante do que as questões ambientais, estava o desenvolvimento do país, sem restrições à poluição industrial (FIGUEIREDO, 2007, p.71).

A posição mostrada pelos representantes do governo brasileiro diante dos problemas ambientais apresenta que os interesses econômicos estavam à frente do equilíbrio ambiental, na qual este não era tratado como um elemento importante para a qualidade de vida de sua população, assim como da fauna e flora do país.

A história política ambiental federal brasileira teve início na década de 1930, para Moura (2016) as legislações criadas nos anos 60 foi impulsionada principalmente por pressões externas de importantes organizações como Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Movimento Ambientalista, que requeriam respostas após os diversos eventos internacionais os quais debatiam a importância da preservação ambiental para a sociedade.

É garantido na Constituição do Brasil que quaisquer pessoas desfrutem de um meio ambiente saudável, sendo este um bem público e de responsabilidade do Poder Público, da sociedade e instituições, conforme explica o Art. 255:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados. (BRASIL, 1988, art. 225)

Percebe-se aqui que a responsabilidade não é somente do Estado e sim dos diversos atores sociais, sejam eles indivíduos ou sociedade civil. O papel do governo é definir e garantir as leis que busquem preservar as diversidades existente nos territórios; ter controle das produções e de atividades comerciais que afetem a qualidade de vida e o meio ambiente, bem como propiciar a educação ambiental, como informado no Artigo 225, parágrafo 1, inciso IV o qual assegura que o Estado deve “[...] promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988, p.123).

Após diversas participações em importantes eventos internacionais, foi criada no Brasil a Lei Federal Nº. 6.938, de 31 de agosto de 1981, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que tem por finalidade a conservação e recuperação da qualidade do ambiente, para que seja assegurado o desenvolvimento socioeconômico e por conseguinte a dignidade da vida humana. Tendo como um dos princípios, para alcançar seu objetivo, de acordo com a Art. 2 da lei nº. 6.938, inciso X a temática da Educação Ambiental (EA), na qual ela deve ser orientada “[...] a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente”. (BRASIL,1981, Art.2)

Tratar de questões ambientais necessita estar em constante processo educativo, seja ele de caráter formal ou não, e que todos os cidadãos tenham direito ao seu acesso, por meio da Educação Ambiental. A Lei 9.795/99 institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e define Educação Ambiental como um processo de formação dinâmico, participativo e constante, onde os indivíduos envolvidos possam participar ativamente na busca de possibilidades da convivência social com a natureza gere menos impactos ambientais.

Entendem-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1999, Art 1º).

Esta lei tem definida os princípios a serem seguidos referente a Educação Ambiental no Brasil, onde estabelece que a EA é um “[...] componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em

caráter formal e não-formal” (POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1999, Art 2º).

Para Sauvè (2005), a EA não é apenas mais uma forma de educação ou uma simples ferramenta para o alcance e respostas de problemas da gestão ambiental. Constitui-se sobre a construção de uma educação fundamental para interações sociais com a “casa da vida” (o planeta Terra), que é de todos nós. Para tal, deve-se buscar pensar em novos modelos e propostas para relação sociedade-natureza. Messias e Theodoro (2008) também acreditam que EA resultaria em benefícios econômicos, pois através do uso sustentável dos recursos naturais, promoveria a qualidade de vida e inclusão social.

3.2 Políticas Públicas

A Educação Ambiental é importante para que as pessoas se tornem mais conscientes e compreendam os impactos das ações antrópicas e esse conhecimento é um instrumento relevante para a participação e o desenvolvimento das políticas públicas. As políticas públicas são um conjunto de ações, leis e programas desenvolvidos em diferentes níveis de atuação, sendo elas internacional, nacional, estadual e municipal com objetivo de enfrentar, diminuir e resolver um problema público, podendo contar o envolvimento de diversos atores (SECCHI, 2020). A criação de políticas públicas voltadas para questões ambientais, não seria diferente, pois há um entendimento de problema e que serão criadas medidas para mitigar ou extinguir esse problema na sociedade.

Frequentemente podemos ver notícias relacionadas sobre mudanças climáticas, destruição do ecossistema, degradação, poluição ocasionadas pelo homem e informações sobre a importância de se preservar e proteger o meio ambiente. Lustosa, Cánepa e Young (2010) explanam que as indústrias geram impactos ambientais com a transformação de recursos naturais em insumos, a matéria prima e energia, como por exemplo o desmatamento e erosão de solo, e que esses insumos por sua vez irão gerar rejeitos industriais no caso, resíduos sólidos, fumaça e efluentes líquidos. Concomitantemente a produção das indústrias surgem esses rejeitos e a poluição, ocasionando “efeitos negativos sobre o bem-estar da população e sobre a qualidade dos recursos naturais, afetando a harmonia dos ecossistemas e aumentando os gastos públicos” (LUSTOSA, CÁNEPA E YOUNG, 2010, p.207). Atividades industriais não é a única atividade produtiva que provoca externalidades negativas, com isso é importante a adoção de políticas ambientais para preservar os recursos naturais e atenuar os impactos na sociedade ocasionados pelo processo produtivo.

As políticas ambientais são instrumentos de gestão responsável de regular e compatibilizar as atividades dos agentes econômicos com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2021). Então o uso dos recursos naturais deve ser utilizado para prover a geração presente e atender as necessidades das gerações futuras.

Como toda política, possui justificativa para sua existência, fundamentação teórica, metas, instrumentos e prevê penalidades para aqueles que não cumprem as normas estabelecidas. Interfere nas atividades dos agentes econômicos e, portanto, a maneira pela qual é estabelecida influencia as demais políticas públicas, inclusive as políticas industrial e de comércio exterior. (LUSTOSA, CÁNEPA E YOUNG, 2010, p.203).

A criação das políticas ambientais no Brasil é considerada tardia, na década de 30 existiam legislações que referiam-se apenas sobre a exploração de alguns recursos naturais como: Código Florestal de 1934 (decreto nº 23.793), o Código de Águas de 1934 (decreto nº 24.643), a Comissão Executiva da Defesa da Borracha de 1947 (Lei nº 86) e Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) de 1962 (Lei delegada nº 10), somente na década de 70, como resultado das recomendações da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, onde diversos países se reuniram para discutir sobre a questão ambiental nas políticas públicas, foi iniciada no Brasil a criação de órgãos para tratar sobre a regulamentação. (LUSTOSA, CÁNEPA E YOUNG, 2010).

Um marco importante nesse período é a criação da Lei nº 6.938/81 que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), em que:

O principal objetivo da Política Nacional do Meio Ambiente é a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômicos, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, bem assim a necessidade de se compatibilizar o desenvolvimento com a qualidade ambiental e a instituição dos instrumentos preventivos da Política Nacional. (BICHARA E THEODORO, 2008. p.67).

Os mesmos autores trazem que após sete anos da criação da PNMA, em 1988 temos a promulgação da Constituição Federal que no Capítulo VI - Do Meio Ambiente, art. 225 que ascende o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado a um direito fundamental. Diante desse marco, nos anos posteriores podemos acompanhar a criação de novos órgãos que passarão a cuidar do planejamento das políticas, do controle e fiscalização das atividades e avaliação dos seus impactos, sendo papel da união, estados e municípios atuar em defesa do meio ambiente e toda a sociedade.

3.3 Juventude e Protagonismo

Quando abordado o tema juventude há concordância que não existe apenas uma e sim um grupo heterogêneo, pertencente a faixa etária de 15 a 29 anos, de período transitório. Entre suas distintas características estão as: socioeconômicas, regionais, culturais, interesses, oportunidades e dificuldades, (ESTEVES E ABRAMOVAY, 2007). É possível encontrar entre os(as) jovens propriedades que são comuns ao grupo, mas é necessário buscar identificar suas particularidades.

Outra, de caráter mais difuso, que, em função de reconhecer a existência de múltiplas culturas juvenis, formadas a partir de diferentes interesses e inserções na sociedade (situação socioeconômica, oportunidades, capital cultural etc.), define a juventude para muito além de um bloco único, no qual a idade seria o fator predominante. Por essa linha, vem se tornando cada vez mais corriqueiro o emprego do termo *juventudes*, no plural, no sentido não de se dar conta de todas as especificidades, mas, justamente, apontar a enorme gama de possibilidades presente nessa categoria. ESTEVES E ABRAMOVAY (2007, apud PAIS, 1997, p.22).

A juventude é caracterizada pela transição da infância para idade adulta, uma fase de vida, um período de descobertas, onde ousam ter recomeços e assumem responsabilidades. Historicamente as associações à juventude são contraditórias, pois, se por um lado são vistas negativas, como problemas sociais, ao mesmo tempo também são aqueles que são agentes da transformação, que buscam por mudanças e justamente nesse ponto na busca pelo novo, podemos perceber semelhanças. Esteves e Abramovay (2007) apontam que essa característica é comum nos grupos juvenis pois estão em busca de soluções para os desafios apresentados pelo mundo adulto.

Contra a hegemonia da sociedade dominante data-se na década de 60 o Movimento Contracultura, constituído principalmente por jovens que contestavam os padrões de comportamento existentes: instituições sociais, padrões estéticos e a sociedade consumista, (CARVALHO, 2017). Nesse período percebe-se a participação da juventude em diversas pautas, uma delas o meio ambiente, na qual contestavam o modo de vida consumista e materialista onde mostram a compreensão que as decisões e ações tomadas pelo governo afeta diretamente a vida da sociedade local e global, trazendo uma relação importante, a discussão de políticas públicas, a inclusão da EA para a compreensão de que todos estão relacionados com a natureza.

Esta pesquisa traz como sujeitos de pesquisas os/as jovens e sua participação social.

[...] a participação é parte integrante da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas. Sua ação é relacional; ela é construção da/na transformação social. As práticas participativas e suas bases sociais evoluem, variando de acordo com os contextos sociais, históricos e geográficos. (MILANI, 2008, p. 560).

Estudiosos da juventude apontam os anos de 1960, como o momento de dinamização dos movimentos juvenis, tanto político como cultural (SOUSA, 1999). Havendo destaque para a Europa, na qual a juventude foi um dos atores centrais, desde este período, na participação em mobilização coletiva, por meio da solicitação da revisão de valores, questionamentos da política e da cultura, criação de projetos alternativos, de modos de vida que se contrapõem à sociedade de consumo, bem como ao sistema econômico – movimentos que influenciaram também outros territórios no mundo, como as Américas:

O “campo de juventude” não engloba a “juventude em geral”. São atores deste campo os (as) jovens que intencionalmente nele atuam. Pela ótica dos marcos geracionais comuns e das contradições subjetivas, é esperado e legítimo que os “organizados” busquem se entender entre si e sensibilizar o resto da juventude. (LIVRO DAS JUVENTUDES SUL-AMERICANAS, 2010, p. 82)

A presença dos estudantes nos espaços públicos na década de 60 pressionaram o sistema político por mudanças na sociedade seja na educação ou de forma geral, de modo que atualmente essa participação está relacionada a novas demandas como é a questão ambiental. (LIVRO DAS JUVENTUDES SUL-AMERICANAS, 2010). Desde então, ONG's, ambientalistas e outros coletivos possibilitaram levar as discussões da temática ambiental para agenda política dos governos, já que permanecia a ideia de não ser um problema tão relevante frente a outros existentes (BRASIL. ÓRGÃO GESTOR DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 2006). Observa-se atualmente que diversas organizações de juventude, como grêmios escolares, pastorais religiosas e juventudes partidárias, vêm buscando dialogar sobre a temática em seus espaços, oportunizando a aproximação dos problemas junto com sociedade e a construção do pensamento crítico frente a sua realidade próxima. Conforme Theodoro e Zanet (2008) o processo participativo propicia que os envolvidos a uma reflexão sobre a realidade que se encontram e facilita a construção de organizações coletivas democratas.

Deboni (2006) ao tratar sobre juventude e EA, aponta duas dimensões acerca do tema, a primeira refere-se que esta deve ser encarada como Educações Ambientais pois existe uma diversidade de concepções, abordagens, nomes e enfoques, que implicitamente e explicitamente são abordados quando falado sobre EA. “Umhas têm foco a sensibilização, a informação e o repasse de atitudes e comportamentos ‘ecologicamente corretos’; outras atuam numa perspectiva de transformações culturais, políticas e sociais.” (DEBONI, 2006, p.48). A segunda

dimensão discorre sobre juventude, pois ela também é plural, onde encontramos as Juventudes não Organizadas e a Juventudes Organizadas (estudantis, partidárias, rurais, ambientais, negras, quilombolas, entre outras) em que estes estão propondo, criticando e intervindo em suas áreas de interesses. Nos diferentes tipos e formas de organizações é possível perceber as juventudes brasileiras e como elas se envolvem, articulam e mobilizam sobre a questão ambiental. O autor ressalta a necessidade da discussão da EA e o reflexo nas políticas públicas, sendo preciso a juventude como protagonista e não apenas participante de algumas ações e sim sua concepção, implementação e avaliação.

Quais fatores têm contribuído para que os jovens se envolvam com a questão ambiental? A educação formal, educação não-formal, mídia, mercado de trabalho e políticas públicas são alguns elementos que podem estar ligados à opinião da juventude e diferentes movimentos do país (DEBONI, 2006). Para o autor as novas gerações têm contato com o tema através da educação formal, onde antes a temática dificilmente era trabalhada ou nem mesmo considerada. Mesmo que nas escolas e universidades seja discutido de forma mais segmentada isso tem contribuído para o início do pensamento sobre a questão ambiental. Os jovens também têm a oportunidade de conhecerem e aprenderem sobre EA através da participação de redes, movimentos e coletivos na educação não-formal. Atualmente com o avanço das tecnologias, a mídia pode contribuir de forma significativa ao abordar sobre determinado aspecto ambiental, fazendo-os refletirem ou até mesmo se engajarem em alguma causa que se identifiquem. O mercado de trabalho abre um leque de oportunidades para que os jovens trabalhem com este campo de atuação que vem ganhando novos espaços como envolvimento político e social, além daqueles que trabalham com a lógica do mercado, e para finalizar, as políticas públicas contribuem para a mobilização e envolvimento da juventude em que estes podem ser os principais público-alvo dos projetos e ações existentes.

3.4 Participação e Organizações Não Governamentais

É importante entendermos que a participação social possibilitou o aparecimento e fortalecimento de novos grupos e movimentos sociais que não estavam necessariamente vinculados a partidos políticos na década de 70 e 80, período da ditadura militar no Brasil e início do período de transição para democracia. Segundo Vargas e Fernandes (2009) o início da participação social se deu pelo distanciamento do Estado com a população e suas necessidades, assim, surgindo iniciativas populares que faziam trabalhos sociais, permitiam um

espaço de fala e agiam diante das políticas autoritárias existentes da época, temos como exemplo a religião, movimentos estudantis e movimentos sociais.

[...] Religião se fez presente no trabalho comunitário; acadêmicos das Ciências Humanas tomavam a participação como objeto de estudo e reflexão, apontando-a como alternativa crítica a uma ciência social positivista e distanciada da realidade social, envolvendo-se cada vez mais em causas populares; surgem, também, os movimentos sociais, com atores e temáticas diferentes daqueles que até então dominavam a cena política e as relações de produção, trazendo à tona a luta pela apropriação de recursos sociais e culturais. (VARGAS E FERNANDES, 2009, p.2)

Ainda segundo essas autoras, durante a crise econômica do país essas iniciativas populares informais ganharam mais espaço, pois o Estado se mantinha distante, como também a população se encontrava descrente pelos serviços prestados. Diante disso, vemos grupos que buscam mitigar as necessidades ignoradas da população, e com a aproximação também procura discutir sobre os efeitos da conjuntura do país, oportunizando o pensamento crítico diante da realidade. Durante esse mesmo período em outros países aconteciam diversas mudanças relativas aos movimentos sociais. No Brasil a principal pauta era a política e a construção de uma democracia que também foram influenciados pelo que acontecia em todo o mundo.

A lenta caminhada do período ditatorial para o democrático ocasionou mudanças, pois a manifestação da sociedade civil nesse contexto político permitiu a participação de novos atores no espaço público e assim como um novo olhar no que se refere à participação. Podemos dizer que o aparecimento das Organizações da Sociedade Civil (OSC) está diretamente ligado a este envolvimento, pois estão associados aos serviços prestados e defesa do interesse da coletividade.

Segundo Pinto (2006) as OSC são múltiplas em sua constituição podendo ser formadas por instituições e grupos de pessoas, que possuem maneiras diferentes de organização, atuação, comprometimento e habilidade de interferência com o Estado e mercado. Com o advento da Constituição de 1988 a sociedade civil se fez mais presente nas participações e manifestações políticas, e como integrante da sociedade as Organizações Não Governamentais (ONG) também estavam presentes na defesa de diversos grupos. É importante ressaltar que as ONG's antes da Constituição de 1988 atuavam contra o regime autoritário do Estado e a partir desse novo momento político podiam participar da implantação de leis estaduais e municipais.

Tratava-se de participar de um novo momento político, que era a definição das formas de gestão dos equipamentos e serviços, a definição e implantação das leis estaduais e

municipais, a construção dos diferentes conselhos e câmaras de interlocução do Estado com a sociedade. Em suma, participar da gestão dos direitos. Não se contentar em estar incluído na lei, via direito adquirido, mas lutar para sua operacionalização e gestão. (GOHN, 2008, p.15)

A maioria das ONG's se fazem presente na ausência do Estado, alguns exemplos são a atuação na defesa dos direitos humanos, das mulheres, idosos, crianças, meio ambiente, combate à pobreza, geração de renda e cultura, essas entidades do Terceiro Setor operam buscando minimizar os efeitos a falta de atuação do poder público (GOHN, 2008). A autora ressalta que essas ações dependerão dos recursos financeiros da instituição, onde provêm de: parcerias com outras entidades particulares nacionais e internacionais, e do governo (primeiro e o segundo setor). Podemos caracterizar a ONG como instituições privadas, auto administrativas, sem fins lucrativos e de interesse público, pois seus objetivos se caracterizam em defender e agir em prol de uma causa para a sociedade como um todo. (MAPA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, 2021).

Essas características não são diferentes nas ONGs que tem como principal pauta o meio ambiente, que também se dedicam a minorar os efeitos da ausência do Estado. Temos um tema bastante atual e discutido mundialmente que são os Objetivos dos Desenvolvidos Sustentáveis (ODS), onde seus 17 objetivos estão diretamente relacionados às atividades de ONG's ambientais, que tem como objetivo a construção e uma sociedade mais justa, propondo repensar no repensar nos modelos de desenvolvimento existente. Podemos citar algumas como: ODS 06 - Água Potável e Saneamento, ODS 08 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico, ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis e a ODS 13 - Ação contra a Mudança Global do Clima, ODS 14 – Vida na ÁGUA e ODS 15 – Vida Terrestre, não descartando que as outras ODS também podem ser trabalhadas dentro das atividades da entidade.

Conforme Gomes *et al.* (2008) é questionado o modelo de desenvolvimento proposto que não leva em consideração uma realidade social, cultural e ambiental existente em diversas localidades, sejam aprovando projetos econômicos, e/ou flexibilizando leis que resultam em impactos socioambientais negativos. A sua atuação está alinhada ao do desenvolvimento sustentável, onde deve haver o uso responsável dos recursos naturais, diversidade cultural, respeito ao indivíduo e coletivo e que estas não venham em detrimento do crescimento econômico. Ainda segundo os autores, as ONGs também desempenham papel de denunciar e chamar atenção para propostas que têm grandes impactos ao meio socioambiental, assim como podem estar trabalhando em parceria ao Estado em projetos em busca de diminuir esses efeitos.

Para a realização de ações/projetos há necessidade de recursos financeiros, muitas vezes são provenientes de financiamento do governo, empresas privadas, entidades internacionais, doações e venda de produtos oriundos da própria ONG, como: cursos, eventos e palestras. Nota-se que são necessárias vias diversas para a obtenção recursos, pois esse é o ponto se apresenta instável onde não a uma previsão de abertura de editais para liberação de recursos, ou certeza de uma parceria para um financiamento e de doações. E quando há um financiamento Gomes *et al.* (2008) ressalta a importância da autonomia e criticidade das ONGs, que estas não sejam subordinadas às vontades da instituição que está subsidiando, assim, apresentando uma perda de identidade para servir as exigências da instituição.

Outra importante característica da organização do Terceiro Setor são suas redes, pois através delas possibilitam uma troca de experiências e ideias quanto a questões socioambientais e as que perpassam elas, além de unir e fortalecer como grupo, visto que juntas viabilizam a colaboração e uma melhor articulação. Não podemos esquecer que as ONG's ocupam espaços abertos a debates como conselhos e fóruns existentes em algum dos três poderes, o que oportuniza debater sobre a gestão, serviços prestados e influenciar a criação de políticas públicas mais efetivas para a sociedade. A cooperação também é visível dentro das ONG's, muitas trabalham com voluntários que dedicam seu tempo para uma causa que acreditam, aqui trabalharemos com o conceito de voluntariado ambiental.

O voluntariado ambiental encontra-se entre as iniciativas que se desenvolvem de forma altruísta, de modo livre e sem expectativa de lucros, com tarefas diretas para a melhoria ambiental e conservação dos recursos naturais. Além disso, mostra-se como estratégia de transformação pessoal e social para uma sociedade mais comprometida ambientalmente, justa e responsável [...] destaca que o voluntariado ambiental inicialmente foi julgado como um movimento ecologista incipiente que pretendia corrigir o impacto negativo das atividades econômicas e de administração da qualidade ambiental. À medida que se desenvolveu a consciência e a sensibilidade ambiental da sociedade, passou a envolver outros movimentos sociais e recebeu apoio de administrações locais e de empresas do setor privado, que reconheciam sua importância para a gestão da qualidade ambiental. (MONIZ, GÜNTHER, 2011, p.8 apud CASTRO, 1998).

As atividades de voluntariado bem planejadas, organizadas e executadas podem ter impactos positivo no meio socioambiental, pois sua atuação e mobilização social podem ter repercussões na criação de leis e projetos, e resultar na prevenção de desequilíbrios e catástrofes ambientais (MONIZ, GÜNTHER, 2011).

O Poder Público é o principal responsável para viabilizar meios que promovam a Educação Ambiental e permitir a inclusão da sociedade, em vista disso, a participação de movimentos que surgem da sociedade são significativos na EA, “uma conscientização vinda espontaneamente da sociedade se propaga com facilidade, sendo um processo multiplicador. O trabalho voluntário, portanto, é muito positivo no processo de EA.” (MESSIAS E THEODORO, 2008, p.218).

Percebe-se que ao longo de gerações a juventude vem se transformando e é um coletivo que vem ampliando os espaços de participação e contribuindo no processo de tomada de decisão em diferentes âmbitos. Desse modo, Organizações Não Governamentais, como o Instituto Verdeliz, que desenvolvem ações com a juventude e trazem visões de mundo dessa faixa etária da população de Fortaleza-CE.

4 INSTITUTO VERDELUZ

O início do Verdeluz data-se em 2013, como projeto de extensão da Faculdade de Direito da UFC, foi formado por um grupo de estudantes do curso de direito que atuavam em ações de EA e buscavam colocar em prática o conceito de sustentabilidade. Os primeiros projetos foram realizados na Associação Boca do Golfinho (ABG)¹ no antigo bairro de pescadores do Serviluz, em Fortaleza-CE.

Em entrevista com uma das fundadoras do programa/instituto, 26 anos, graduada em direito na UFC, explicou que inicialmente que funcionavam cinco Grupos de Trabalho (GT): Educação Ambiental, Resíduo Sólidos, Cultura e Arte, Tartarugas Marinhas, Agroecologia Urbana, e esses GTs foram criados com base nos problemas identificados e com isso buscaram soluções para estes. A localização do Serviluz se encontra em cima de um campo de dunas, problemas com lixo nas ruas e tartarugas encontradas na praia foram observados e para tratar sobre esses aspectos a EA foi um importante meio, e em conjunto propuseram que a cultura e a arte como uma forma de abordagem para os temas.

A educação ambiental é a ação educativa permanente pela qual a comunidade educativa tem a tomada de consciência de sua realidade global, do tipo de relações que os homens estabelecem entre si e com a natureza, dos problemas derivados de ditas relações e suas causas profundas. Ela desenvolve, mediante uma prática que vincula o educando com a comunidade, valores e atitudes que promovem um comportamento dirigido a transformação superadora dessa realidade, tanto em seus aspectos naturais como sociais, desenvolvendo no educando as habilidades e atitudes necessárias para dita transformação. (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2020)

A EA é diversa, adaptável a uma realidade e seus problemas, a cultura e arte pode ser um meio para o processo de aprendizado, principalmente quando se envolve com um público infantil e jovem, pois é um espaço amplo para ser desenvolvido a criatividade e a criticidade, os envolvendo no processo de reconhecimento do problema, orientando e avaliando medidas que podem ser uma solução e por fim alcançando uma reflexão sobre os problemas que os envolve.

¹ A Associação Boca do Golfinho entidade sem fins lucrativos que tem como objetivo dar apoio a crianças e jovens do bairro Serviluz e alunos(as) de escolas públicas.

Quando a gente foi lá pro bairro do Serviluz a gente se deparou com vários problemas da comunidade e agente quis propor soluções pra esses problemas, lá tem um problema de que o Serviluz foi construído em cima de um campo de dunas né, então todo mês o vento as casas são assoreadas, então a gente pensou “ ah por que não o reflorestamento dessas dunas? ” super ambiciosas assim e aí vamos fazer agroecologia urbana aqui, bem simples de fazer né? (risos) e aí a gente viu a questão do problema do lixo nas ruas e a gente pensou “ah vamos entender o problema do lixo”, disseram, quando a gente tava lá né, a gente ficou sabendo das tartarugas marinhas, aí a gente pensou um projeto pra isso, e educação ambiental porque era o que a gente queira fazer, era um que acessasse todas as áreas, pra tocar todos os problemas a gente precisava da EA e cultura e arte também que era uma forma de abordagem né. (Cofundadora, 2020, *sic*)

Segundo Sorrentino e Silva (2019) analisar a conjuntura permite inteirar-se através do diálogo/conhecimento das diferentes interpretações da realidade e seus fatores culturais, ambientais, históricos e entre outros.

A atuação da ONG se concentra nas áreas do Cocó, Sabiaguaba/Pacoti, a cofundadora relata que a escolha se deu porque a região é de área verde que ainda resta nas cidades e que possui um grande ecossistema. O Parque do Cocó é “o maior parque natural em área urbana do Norte/Nordeste e o quarto da América Latina, sendo o maior fragmento verde da capital cearense” (SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO CEARÁ, 2021), e o restantes das áreas são pequenas manchas verdes, não muito conectadas, sendo assim viram o como território prioritário de atuação e também por sofrerem muita pressão de devastação.

Com o objetivo de poder estar presentes em Conselhos Gestores e concorrer a editais e até abrir uma conta no banco era preciso ter CNPJ, assim, no ano de 2015 passaram a ser uma Organização da Sociedade Civil (OSC). O Mapa das Organizações da Sociedade Civil (2021) define OSC como “entidades nascidas da livre organização e da participação social da população que desenvolvem ações de interesse público sem visarem ao lucro. As OSCs tratam dos mais diversos temas e interesses, com variadas formas de atuação, financiamento e mobilização”, e é um termo mais recente para se referir às Organizações Não Governamentais (ONG).

Entidades do Terceiro Setor têm desempenhado um importante papel para com a sociedade, pois realizam atividades de cultura, educação, saúde, meio ambiente e entre outras, que buscam transformar a realidade e/ou o ambiente que nos cercam e a ONG aqui estudada pertence a esse setor.

O Instituto Verdeluz é uma associação civil sem fins lucrativos que tem como “[...] intuito de promover a reconexão do ser humano com o meio ambiente que o cerca, por meio da Educação Ambiental e da participação social em temáticas ambientais”. (INSTITUTO

VERDELUZ, 2020). Atualmente, o Instituto Verdeluz está com quatro projetos em andamento:

1 - Programa de Participação e Informação Ambiental (PIPA), tem como objetivo levar informações sobre as questões ambientais de Fortaleza à população, como forma de sensibilizá-los e de incluí-los no despertar da sociedade para sua inserção na participação das políticas.

2 - Ativismo, emerge para acompanhar os processos políticos que estão ligados a proteção de meio ambiente de Fortaleza, onde participam de conselhos gestores, das Conferências do Clima das Nações Unidas e acompanham “diversos processos de movimentos socioambientais, muitas vezes oferecendo também assessoria jurídica” (INSTITUTO VERDELUZ, 2021). Além do mais, o projeto busca atuar de forma transversal com outros projetos existentes.

3 – Grupo de Proteção das Tartarugas Marinhas (GTAR), foi criado em 2014, após o encalhe de uma tartaruga verde na Associação Boca do Golfinho, no ano de 2013, desde de então fazem o monitoramento e estudo da vida das tartarugas marinhas de Fortaleza com o objetivo de cobrar de órgãos competentes ações com o propósito de proteger e conservar as espécies ameaçadas.

4 - Grupo de Estudos e Articulações sobre Resíduos Urbanos (GRU), se volta para o problema de resíduos sólidos no meio ambiente, tendo em vista sensibilizar a população, produzir diagnósticos dos resíduos sólidos urbanos em praias fortalezenses e instigar ações que possibilitem a reciclagem e geração de renda. O GRU promove grupos de estudos para abordar conteúdos pertinentes, além de propor atividades de EA em escolas e lugares educativos. Este projeto também atua na linha de pesquisa, monitorando periodicamente o lixo encontrado na Praia do Náutico e na linha de Políticas Públicas, “com participação na execução de políticas voltadas à implantação de coleta seletiva em Fortaleza e à inclusão dos catadores de materiais recicláveis neste processo.” (INSTITUTO VERDELUZ, 2021)

Percebe-se que os projetos atuam na busca de conscientizar e educar sobre a questão ambiental utilizando a interdisciplinaridade para delinear as questões a serem abordadas, com o objetivo de ocasionar uma transformação socioambiental através da Educação Ambiental.

Inicialmente o Verdeluz se difere um pouco das características quanto ao financiamento, pois começou como um projeto de extensão da UFC, tendo bolsistas remunerados na época, mas seus recursos provêm também da participação de editais, doações e vendas.

Por muito tempo a gente teve bolsistas pela UFC, meio que a gente conseguia essa força humana de trabalho, porque a gente tinha bolsistas lá trabalhando, mas gente recebe também muita doação, a gente já aprovou projeto de financiamento por meio de edital, a gente vende produto, a gente vende curso, eventos e aí também vem uma grana disso. (Cofundadora, 2020, *sic*)

Quando questionado a maior dificuldade como ONG, a resposta é a dificuldade de financiamento, atualmente contam com a ajuda de doações, participação de editais, venda de cursos e oficinas realizadas pela instituição, participação do programa *Vakinha*, um site que possibilita qualquer pessoa fazer doações online e a participação no programa “Sua nota tem valor”, uma plataforma virtual desenvolvida pela Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (SEFAZ/CE) que busca conscientizar a população sobre a importância de pedir notas fiscais na hora da compra e assim o Estado garantir o recolhimento de impostos. Para participar a pessoa faz o cadastro no aplicativo e escolhe uma instituição participante que deseja ajudar. O programa realiza “sorteios mensais de prêmios para consumidores que fizerem compras no varejo com o CPF (Cadastro de Pessoa Física) na nota, além de rateios de valores em dinheiro para instituições sem fins lucrativos.” (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2021).

É apontado também como uma das dificuldades enfrentadas a questão do engajamento, pois identificam como um processo pessoal, onde há diversos caminhos. Os voluntários estão vivenciando uma rotina acadêmica ou rotina profissional, a rotina familiar ou rotina de conflitos políticos, ou a questão social também e tudo isso faz com que cada pessoa tenha diversas demandas durante o processo e acabe se afastando ou não do voluntariado.

O ingresso de novos integrantes é por meio do lançamento de edital de seleção que ocorre uma vez ao ano. Inicialmente a divulgação é feita principalmente por meio das redes sociais e também com a ajuda da imprensa e jornais. São abertas vagas para o programa de voluntariado nos diferentes setores e programas de ação. São 3 setores existentes, eles são:

- Setor de Comunicação: responsável pela comunicação do Verdeluz, auxílio na comunicação de setores e projetos, onde produz e gerencia conteúdos para o site, redes sociais e outras mídias.

- Setor de Captação: é feito o planejamento, análise e controle das atividades financeiras do Instituto Verdeliz, como também a regularização de suas ações civis e responsável pela captação de recursos para garantir a estabilidade financeira da ONG.
- Setor de Gestão de Pessoas: onde ocorre o envolvimento, treinamento e desenvolvimento de pessoas para o alcance de excelência organizacional e cumprimento da missão da instituição.

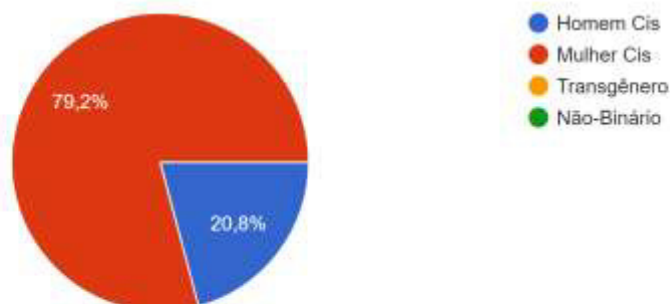
Todos que se interessem em ser voluntário podem participar, a cofundadora ressalta que a pessoa deve ter o interesse, compromisso e que esteja alinhada com o propósito da ONG, pois o propósito da pessoa é levado em consideração. Algumas vagas têm um perfil mais técnico, então o público-alvo acabam sendo os jovens universitários, ela relata que na ONG possui voluntários com diferentes perfis, desde estudantes do ensino médio até mães que queriam fazer algo pelo planeta por conta dos seus filhos.

Atualmente a ONG possui 75 voluntários, entre eles estudantes de diversas áreas como: direito, ciências biológicas, design e moda, geografia, medicina veterinária, oceanografia, turismo e pós-graduandos na área de educação, artes e direitos humanos e entre outros.

Foi feita uma pesquisa via Google Forms e pedido no grupo da principal rede social utilizada pelos voluntários do Verdeliz que respondessem. Dos 75 voluntários, 24 pessoas responderam ao questionário.

Gráfico 1 – GÊNERO

2. Com qual gênero você se identifica?
24 respostas

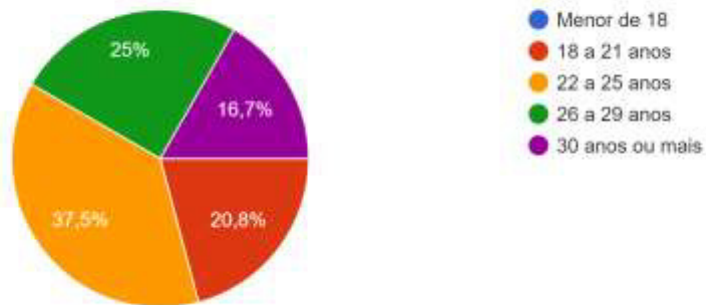


Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Quando questionado qual gênero se identificava, a porcentagem de mulheres que praticam o voluntariado se mostrou superior ao dos homens com 79,2% contra 20,8% dos homens.

Gráfico 2 – FAIXA ETÁRIA

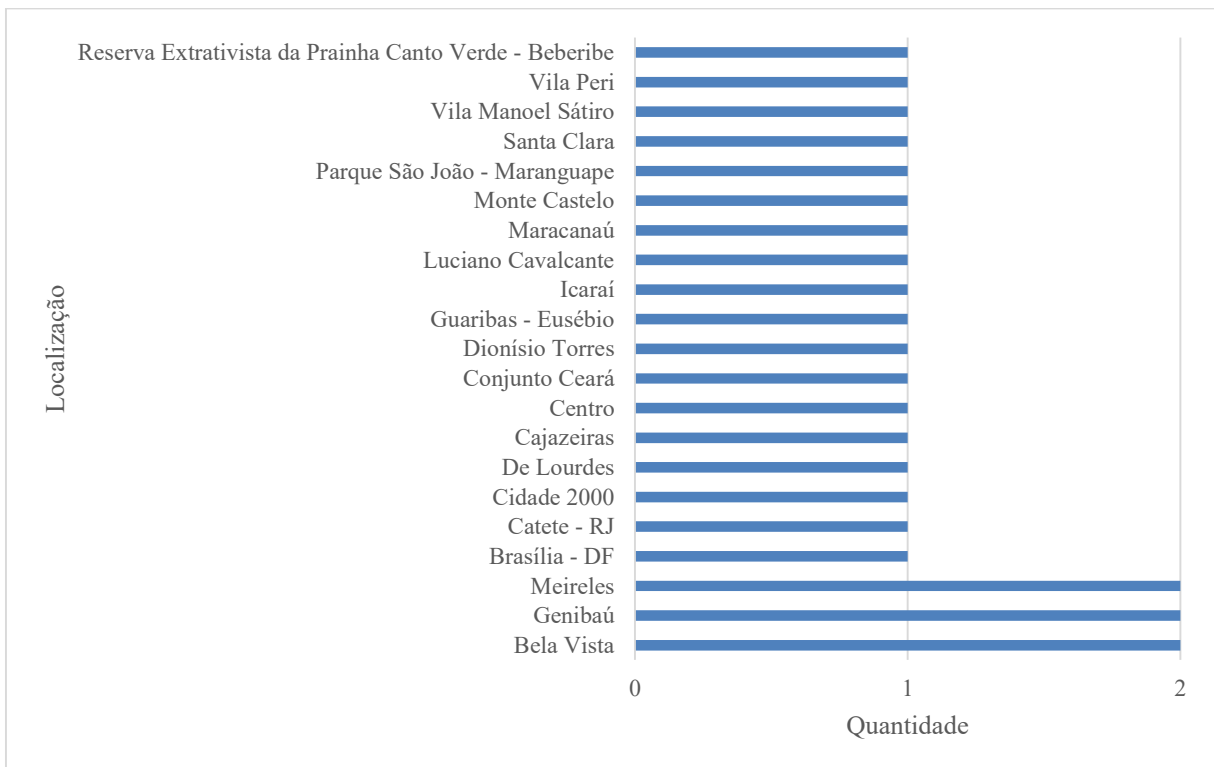
Qual a sua idade?
24 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Percebe-se que maioria estão entre a faixa etária de 22 a 25 anos representando 37,5% dos voluntários, mas também tem uma porcentagem significativa de pessoas entre 18 a 21 anos e 26 a 29 anos, onde mostra uma ONG constituída principalmente por jovens.

A seleção para novos voluntários de 2021, contou com uma novidade, poderia participar da seleção interessados de qualquer lugar do país, pois as atividades aconteceriam de forma remota enquanto o período de pandemia durar, exceto as ações de monitoramento de tartarugas e necropsias. Durante a pesquisa, em março de 2021, o Verdeluz abriu a seleção para novos voluntários e a pesquisadora que já tinha o interesse em participar da ONG se inscreveu, concorreu a seleção e em maio foi uma das selecionadas para o compor o quadro de voluntários, no setor de captação para projetos do PIPA.

Gráfico 3 – LOCALIZAÇÃO

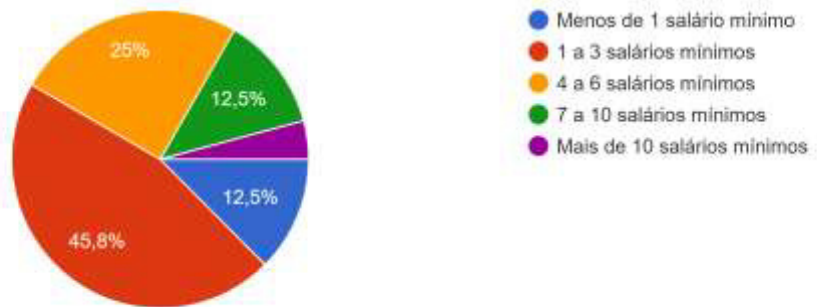
Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A grande maioria mora em Fortaleza e Região Metropolitana, também contando com a participação de voluntários de outras cidades como Brasília e Rio de Janeiro, assim possibilitando que pessoas de outros lugares que tinham interesse em colaborar pudessem estar atuando na ONG de forma remota. Isso nos possibilita ver como o Instituto Verdeluz tem visibilidade para além do estado do Ceará, mesmo suas ações se concentrando majoritariamente na capital. Esse alcance se dá principalmente pelas redes sociais, quando questionado como conheceram a instituição as respostas consistiram basicamente em redes sociais, conversas com amigos e o meio acadêmico.

Outra indagação da pesquisa foi sobre a renda familiar, gráfico 4, através dela podemos ver que jovens que mesmo que não tenham uma alta renda familiar participam de uma atividade sem remuneração. A ocupação de quem respondeu o questionário são: estudante, autônomo, educadora ambiental, jornalista e assessora parlamentar, aprendiz e bióloga. Segundo Messias e Theodoro (2008) a Educação Ambiental solicita e demanda os princípios do voluntariado, que é de se doar e de doar o tempo para alcançar um objetivo em comum à sociedade, pois a participação da sociedade é importante para que a EA seja eficaz.

Gráfico 4 – RENDA FAMILIAR

6. Renda familiar
24 respostas

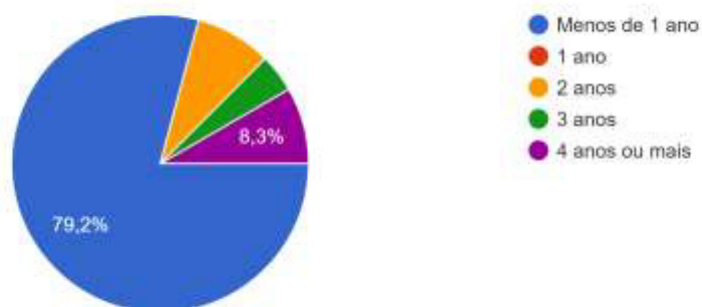


Fonte: Dados da pesquisa (2021)

79,2% dos voluntários estão atuando no Verdeluz há menos de 1 ano; 8,3% a 2 anos; 4,2% a 3 anos e 8,3 a 4 anos ou mais.

Gráfico 5 – TEMPO DE ATUAÇÃO

13. Quanto tempo você atua no Verdeluz?
24 respostas



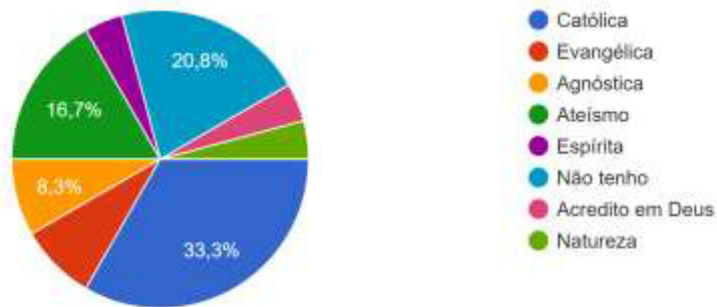
Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Em relação a religião as duas maiores porcentagens estão quem se considera católicos (33,3%) e o que dizem não possuir (20,8%, seguido ateísmo (16,7%), agnósticas e evangélica

(8,3%) e com a mesma porcentagem espírita e quem crer em Deus e possui a Natureza como religião (4,2%).

Gráfico 6 – RELIGIÃO

7. Religião
24 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Em seguida, quando indagado sobre o que motivou se participar do Verdeluz as respostas foram diversas, dentre elas, pela vontade de trabalhar com a Educação Ambiental, natureza, ativismo, identificação com a causa socioambiental, alguns viram como uma oportunidade de desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional, engajamento político, assim como o respaldo do projeto e a vontade de colaborar com os ideais do Verdeluz. No próximo capítulo veremos que existem seis tipos funcionais de serviço voluntário e seus significados.

5 ANÁLISE DAS CONCEPÇÕES DOS(AS) VOLUNTÁRIOS(AS)

Alguns meses antes ao início do isolamento social ocasionado pela pandemia do COVID-19, foram realizadas entrevistas com quatro voluntários que estavam atuando na ONG no mínimo a um ano. A voluntária 1 de 32 anos, está desde 2018 no Verdeluz, voluntária 2 de 23 anos, atua no desde 2015, voluntário 3, 26 anos, participa desde 2014, e uma das membras fundadoras da ONG, na época da criação como projeto de extensão da UFC, já apresentada anteriormente.

A escolha das pessoas entrevistadas ocorreu quando a pesquisadora entrou em contato com uma voluntária da ONG e pediu indicações de quem já estivesse a mais de um ano atuando na instituição, foi obtido contato com 6 pessoas, mas somente de 3 se obteve respostas.

As entrevistas tinham como objetivo investigar de maneira mais precisa sobre a relação dos voluntários com o meio ambiente, a visão desses jovens sobre os impactos das ações do Verdeluz para as mudanças socioambientais e compreender as motivações de abraçarem a causa ambiental através da ONG.

As entrevistas ocorreram em locais previamente marcados com cada um e lugar de estudo dos mesmos, na Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Estadual do Ceará (UECE) e Parque do Cocó. Inicialmente foi dito o objetivo das entrevistas e o pedido do uso das informações ali ditas.

A entrevista com uma das cofundadoras, também tinha como propósito coletar informações sobre o processo de criação do Instituto Verdeluz, pois não havia muito conteúdo disponível na internet. A cofundadora ocupava o cargo de presidente desde que o projeto passou a ser uma ONG em 2015 onde permaneceu até 2019, para se dedicar aos estudos para a entrada no mestrado fora do país, assim passou a estar no conselho consultivo do Verdeluz.

Inicialmente a cofundadora tentou conciliar estar na ONG e prestar consultoria, pois não havia remuneração no Verdeluz. Desejando que a instituição se solidificasse e já pensando na sua saída para focar nos estudos, dedicou seu tempo integralmente para ONG e um ano antes da sua saída da presidência passou um período fazendo a transição com a nova presidente, a voluntária 2.

[...] quando foi em 2017 eu comecei a perceber que o trabalho que eu visualizava acontecesse, que precisava me focar mais e aí eu larguei tudo e fiquei de 2017 a 2018 basicamente exclusivamente trabalhando pro Verdeluz, tipo 40 horas por semana, 30 horas por semana sem receber nada, mas por que eu acreditava na visão e eu também queria deixar um legado, eu queria poder sair da instituição e saber que ela estava sólida o suficiente pra continuar sem mim. (Cofundadora, 2020, *sic*).

Quando questionado aos entrevistados se antes de atuar no Verdéluz já haviam participado de algum outro grupo ou movimentos sociais, o voluntário 3 foi único que sua experiência se limitava ao envolvimento na sua infância no movimento popular evangélico quando acompanhava seus pais, sendo o Verdéluz o seu primeiro grupo. A cofundadora e a voluntária 2, iniciaram participando de grupos na universidade. A cofundadora quando começou a cursar direito na UFC, inicialmente seu interesse era trabalhar com assuntos internacionais, então criou o Grupo de Direitos Internacionais (GEDAI). A partir da participação desse grupo iniciou o envolvimento com a área ambiental e posteriormente aconteceu a criação do Verdéluz. A voluntária 2 também iniciou a sua participação em grupos na universidade, no segundo semestre do curso de Biologia da UECE, onde entrou para o Grupo de Apoio ao Bem-Estar Animal (GABA). A voluntária 1 iniciou a sua participação em grupos do bairro, desde os 18 anos, o núcleo trabalhava questões políticas e fazia uma formação política e atividades voltadas para o envolvimento social e político da comunidade nos bairros Conjunto Ceará, Granja Portugal e Genibaú, e desde então ela se envolveu com diversos outros projetos.

A voluntária 1 é formada em Ciências Ambientais pela UFC, a voluntária 2 e o voluntário 3 são formados em Ciências Biológicas pela UECE e UFC respectivamente, atualmente o voluntário 3 está cursando mestrado em Educação na UFC. Todos conheceram o Instituto quando estavam na universidade e viram na instituição um local de aprendizado, onde teria a oportunidade de vivenciar na prática o que estavam aprendendo no meio acadêmico, assim, como um espaço de identificação das mesmas ideias.

[...] eu estava completamente inquieto por que eu estava passando pelas disciplinas via muita informação muito conteúdo e eu não conseguia aplicar nada daquilo na sociedade e tudo de forma desconectada e foi esse modo que consegui de me doar um pouco tanto para sociedade como também para aplicar esses conteúdos na realidade prática (Voluntário 3, 2020, *sic*)

[...] conheci percebendo a atuação do grupo, da ONG em territórios que sofriam com algumas questões ambientais de ausência do poder público ou de ausência de informação pra desenvolver atividades, de ataques por interesse diário, interesse da especulação imobiliária e aí acabei tendo o instituto como referência [...] espaço interessante onde eu encontraria outras pessoas para fortalecer esse espaço, essas questões ambientais, eu entendo elas como centrais na discussão da vida assim, nós entendo como parte de um ambiente, entendo a Terra como um organismo só e nós todos como parte dele, então todos os elementos do ambiente da terra, desse ciclo, entendi a necessidade de estar com outras pessoas nesse processo, porque sozinha seria muito pequena e muito sofrido também, então entendi, no Instituto Verdéluz o espaço para me agradar com pessoas que acreditavam também nessa causa e isso me motivou ainda, além de também adorar educação. E aí o Instituto me proporcionou trabalhar com a educação ambiental. (Voluntária 1, 2020, *sic*)

A motivação e o engajamento em causas que acreditam, oportunizam ampliar os saberes sobre a realidade em que se encontra e “meios para que a comunidade se capacite para agir por si mesma, resolvendo problemas e melhorando sua qualidade de vida[...]” (MESSIAS E THEODORO, 2008, p.213). Isso possibilita esculpir a identidade e o sentimento de valorização no meio social que estão inseridos.

Ser voluntário permite ter contato com diferentes projetos dentro e fora da ONG, isso pode despertar interesse por novas áreas ou mesmo solidificar o interesse já formado. O Instituto Verdeluz, permite essa experiência, a voluntária 2 e o voluntário 3 vivenciaram a participação em outros projetos e setores da instituição.

Atualmente eu sou da Diretoria Executiva, meu cargo é a presidência e eu sou diretora de captação de recursos dentro do Verdeluz as questões são muito interdisciplinares dentro do GTAR eu tive contato com pessoal dos outros projetos, eu tive contato com outras diretorias. (Voluntária 2, 2020, *sic*)

Eu participei desde do início do GTAR [...], onde foi ele que eu fiz parte da minha trajetória inteira, outro que eu já participei, foi o GRU, de resíduos urbanos, onde ele já chegou a funcionar, acabou a quantidade de membro e não conseguiu se sustentar [...] eu quis ressurgir com ele e a partir disso eu me engajei por certo tempo, até que conseguisse engajar novas pessoas, hoje ele se segura, mas eu não tinha mais tempo pra me dedicar a esse projeto, então eu me mantive só no GTAR, além disso trabalhei na Gestão de Pessoas da ONG, mas apesar de não ser da minha área de formação, como era um membro antigo e interessado nessa relação humana, até porque o mestrado é nessa área de relação humana [...] eu me mantive o GTAR, mas já trabalhei no AGROECO que era de hortas um comunitárias, enfim em vários pontos, no cinema comunitário também, diversas ações da ONG eu estive envolvido, em todos levando essa abordagem educativa com embasamento ambiental né. (Voluntário 3, 2020, *sic*)

Mesmo descobrindo o desejo de estar atuando em uma área diferente, a voluntária 2 relata que seu interesse no ambiente marinho não se extinguiu, mas ter a trabalhado em diferentes projetos ajudou a descobrir novas preferências.

[...] eu consegui me aproximar de questões mais administrativas e aí eu descobri minha paixão pela gestão, de pensar em soluções pros problemas, de otimização... meu amor pelas tartarugas e pelo ambiente marinho ainda existe, atualmente não de maneira não tão direta, mas essa questão de administrar e de gerir, ver o que posso fazer com minhas próprias mãos me ajudou na escolha. (Voluntária 2, 2020, *sic*)

A voluntária 1 tinha o interesse em trabalhar na área de Educação Ambiental desde que cursava Engenharia Ambiental, o desejo de estar atuando nessa área a motivou a trocar e migrar para o curso de Ciências Ambientais. Desde que entrou no Verdeluz atua em projetos e

programas ligados à EA na comunidade de Sabiaguaba. Hoje é coordenadora da Educação Ambiental, onde participa e coordena as atividades. As atividades de EA desenvolvidas pela ONG surgem em diálogo com a comunidade de Sabiaguaba, onde elaboram atividades para as crianças e adolescentes, um exemplo desse diálogo é o programa Ver de Perto.

E aí esse projeto surge da demanda da Comunidade, a gente já desenvolvia trabalhos de educação com a comunidade, né e participação do Conselho Comunitário. [...]. Nós optamos por trabalhar com jovens do 9º ano e aí temos essa parceria com professores de Geografia. [...] em 2017/2018, nós desenvolvemos algumas atividades, principalmente focadas com as unidades de conservação, para entender o que é unidade de conservação, a importância da existência, a importância da participação e o direito de participação da comunidade nos conselhos gestores. Trabalhávamos muito a questão do pertencimento e da valorização daquele espaço, de fortalecer mais uma ideia das pessoas como autores do processo de cuidado e de participação com aquele território junto com as crianças. (Voluntária 1, 2020, *sic*)

A EA ambiental caminha na direção da inclusão, não devendo ser ignorado os interesses de classe que estão e/ou estarão em disputa nos processos dialógicos, sendo necessário possibilitar acesso a informações, “instâncias e modalidades de diálogo” (SORRENTINO E SILVA, 2019). O programa Ver de Perto é voltado para os jovens, mas há o cuidado de envolver a comunidade nesse processo de aprendizagem, onde também são protagonistas no processo educativo.

A gente sempre tenta trazer a comunidade para dentro da escola e fazer com que os jovens se apropriem mais ainda sobre os territórios, porque na verdade eles já conhecem muito sobre território, mas muitas vezes não percebem ou eles são levados a acreditar que o conhecimento que eles têm de território não é relevante, então nosso papel é trazer essa relevância do que ele já conhece, na verdade. (Voluntária 1, 2020, *sic*)

A continuação dos programas pode ser interrompida por conflitos internos de uma instituição, financeiro e fatores externos, alguns são descontinuados pelos problemas dos territórios que sofrem com a ausência do poder público. O programa Ver de Perto, teve que ser descontinuado por conta das chuvas, a escola que era realizada as atividades passou a servir de moradia provisória para aqueles que tiveram as casas alagadas.

Para dialogar sobre as concepções sobre meio ambiente de cada indivíduo é importante identificar as suas características (ALBUQUERQUE, 2007). Quando perguntado ao longo da vida de cada um, como é a relação com o meio ambiente, mesmo não sendo todos que tiveram um contato próximo com a natureza, reflete nas suas falas lembranças da sua infância, do

contato com um quintal, animais, riachos, hortas e entre outros, uma vivência com a natureza. Nos discursos dos três voluntários mostra que esse contato direcionou na escolha de estudar o campo ambiental, de buscar ter uma ação mais profissional em relação a isso e até mesmo uma reconexão da natureza.

[...] minha infância eu tive uma vida no Bairro afastado que era Messejana e também morei em Natal um tempo, uma casa que tinha muito quintal e nesses dois espaços que eu tive muito contato com criação de animais doméstico e eu acho que nesse tempo eu entrei muito em contato com jardim, com criação, com morte também desses animais, com cuidado com esses animais, enfim, acho que todas as características na infância me direcionasse um pouco para esse campo da biologia e do meio ambiente de modo geral e além desse tempo novas questões foram surgindo, no ensino médio eu começo a objetivar o curso de biologia por conta dessa formação desde a infância. (Voluntário 3, 2020, *sic*)

Minha relação é até engraçada, quando criança eu não tinha muito contato direto, ia à praia, ao parque... achava bonito, mas não tinha esse contato sensível com a natureza, minha mãe e minha avó tiveram mais esse contato, minha mãe nasceu em um sítio, na serra, então ela plantava, colhia... minha avó é descendente de indígena, então ela teve um contato muito forte com a natureza. Então sinto que entrei na Biologia justamente procurando uma reconexão. Na Biologia, na parte do ambientalíssimo, eu comecei a ter essa visão sobre o que eu descarto, passei a conhecer mais a cidade, a andar de bicicleta, vivenciar mais a natureza. (Voluntária 2, 2020, *sic*)

Eu sou periférica, né? Nesse contexto de periferia, meu crescimento foi às margens do Rio Maranguapinho e isso é muito forte para mim, também fui criada muito próxima às minhas avós, que têm um viés indígena muito forte, então fui criada desde muito pequena tendo cuidados com plantas, tendo a hortinha na casa da minha avó, as plantas medicinais, os saberes da Terra sempre foram muito próximos à minha vivência, mesmo tendo sido criada em Fortaleza, isso sempre esteve muito forte na minha vida e associado a essas questões, então as margens do Maranguapinho totalmente contaminadas, tomava banho nas enchentes e na beira desse lugar era uma montanha de lixo, por falta de cuidado, pela ausência de poder público, por irresponsabilidade diversas e isso tudo me sensibilizou muito para essa necessidade de entender ambientes como algo mais próximo e não esse discurso de “ah, aquela árvore está longe”, discutir o ambiente mesmo. (Voluntária 1, 2020, *sic*)

Mesmo que o contato com a natureza não tenha influência na escolha dos cursos acadêmicos, o conhecimento adquirido com experiências vividas parece influenciar no respeito para com o meio, a cofundadora, ao lembrar de vivências no sítio da avó, brincadeiras no açude e andar de cavalo no mato, não considerava que fosse natural argumentos que normalizavam a degradação ambiental.

Segundo Albuquerque (2007), a relação com o lugar que conhece, influência no questionamento e diálogo sobre as questões ambientais, assim pessoas com suas diferenças

culturais agem e transformam o meio ambiente e produzem diferentes tipos de ligação com a natureza, organizações sociais e políticas.

Supondo que os sujeitos da pesquisa têm diferentes experiências de vida, com a ONG e a natureza, a pesquisa procurou compreender as motivações dos jovens voluntários de abraçarem a causa ambiental através do Instituto Verdeluz. Características diversas influenciam as pessoas a prestarem o serviço de voluntário (MONIZ e GÜNTHER, 2011).

[...] é pra não me entender sozinha mesmo, pra entender que tem outras pessoas que também acreditam nisso e que estão trabalhando continuamente para que a gente consiga existir nesse planeta ainda, parece que tem gente tentando morrer, nos matar em escala e a gente tentando sobreviver junto e acaba que o coração se acalma quando você sabe que você poder estar lá por condições objetivas, que tem que trabalhar, cuidar da casa, do filho, mas tem aquela amiga que hoje vai salvar a tartaruga, que hoje vai dar uma palestra, que hoje vai brigar na Assembleia por um projeto de lei que é importantíssimo, então é isso: estar junto de gente, lutar junto. (Voluntária 1, 2020, *sic*)

Justamente essa visão que adquiri, de promover mudanças de paradigmas a partir de todas as vertentes, dentro e fora do sistema, de entrar na sociedade com questões que envolvam governo e sociedade civil. Então é por isso que eu dedico meu tempo, por essa perspectiva de proporcionar mudanças, de levar informações pras pessoas. Por exemplo: viagem de bicicleta no final do ano, pro Piauí e passo por muitas comunidades, quando passo por elas vou conversando, inserindo essas informações (Voluntária 2, 2020, *sic*)

De acordo com Moniz e Günther (2011) são delimitados seis tipos funcionais de serviço voluntário, são eles: *expressão de valores*, dispõem-se a seguir valores e convicções pessoais consideradas importantes, como altruísmo ou a moralidade; *ajustamento social* representa a influência normativa de grupos sociais ou pessoas queridas, que também são voluntários e influenciam através “de recompensas ou punições sociais” para integrar ao grupo como um membro relevante; *defesa do ego* está relacionado ao enfrentamento de questões pessoais como ansiedade, incerteza de seus valores e competências, uma forma de se proteger contra conclusões desagradáveis sobre si mesmo, esses conflitos poderiam ser procedentes na falta de trabalhos voluntários; *conhecimento*, possibilidade adquirir, exercer e praticar conhecimentos e habilidades, e também o prazer de satisfazer uma curiosidade intelectual, *carreira*: uma oportunidade de alcançar vantagem para própria carreira, um meio se capacitar ou aperfeiçoar as próprias habilidades, *engrandecimento* está relacionado a satisfação do desenvolvimento ou crescimento pessoal, como também no exercício da melhoria da autoestima ou do humor.

Entre as repostas dos entrevistados e daqueles que responderam o questionário online foi possível identificar essas características, onde muitos relatam que viram no Verdeluz uma

oportunidade de colaborar com ideais da instituição, na qual também acreditam, desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional, superar algumas limitações pessoais e de socialização, encorajamento de outros voluntários e o desejo de fazer um trabalho voluntário.

O último objetivo da pesquisa buscou-se verificar a visão dos participantes do Instituto Verdeluz sobre os impactos das ações para mudanças socioambientais. Há um consenso nas respostas dos entrevistados que as ações de EA são essenciais para ocasionar mudanças na sociedade, sendo necessária o despertar do ser humano para a problemática, de fazer que as pessoas entendam o que elas são, o porquê de elas existirem, quais são as reais necessidades como humanos para que suas ações não gerem um colapso.

É apontado que a execução das ações locais de EA fazem a diferença. É exemplificado a atuação do Verdeluz na cidade, que possibilita promover com que as pessoas adquiram ou tenham acesso a um pensamento crítico acerca dessas ações, sendo que crianças e adolescentes são um público mais efetivo, pelo interesse e curiosidade delas. Existe a percepção que crianças e jovens se envolvem muito e tem a possibilidade de crescer com o contato com a vida, de se entender como parte daquele ambiente, de perceber que somos um só, para isso é preciso questionar o modelo econômico existente, entender a EA não como uma forma separada sim indivisível da educação.

[...] entendo a Educação Ambiental como viés necessário, inclusive acredito que em algum momento a gente deveria não mais ter Educação Ambiental e que a própria Educação seria ambiental, o conceito já seria inserido porque se trata da nossa relação com a vida, com os outros seres, com o ar, com o beber, com o comer, então tá tudo relacionado. (Voluntária 1, 2020, *sic*)

Povos e comunidades originárias é exemplificado como grupos que trazem essa perspectiva, que o papel de educar é muito mais de fortalecer o conhecimento e a luta que se vivencia, sendo grandes responsáveis e essenciais pela preservação da vida.

O território da Sabiaguaba, por exemplo, se hoje ele existe minimamente, como a Boca da Barra é porque existe uma comunidade que está ali e que não permitiu que o poder público destruísse toda a Boca da Barra com investimentos, que tem diálogo com a natureza e que tá na atividade. Lá seria um grande restaurante, que é uma obra que trabalhamos contra, diversos anos, inclusive fizemos o plano de manejo para que isso fosse levado em consideração, porque o Estado teria entregue todo o território para a especulação imobiliária e esse território não teria mais as características que têm. (Voluntária 1, 2020, *sic*).

A Educação Ambiental é vista como uma ferramenta de transformação e fortalecimento, onde oportuniza conhecer, compreender e agir sobre questões que trazem impactos a sociedade,

como as políticas públicas. A ONG trabalha com comunidades que enfrentam problemas com o poder público, como a especulação imobiliária e conflitos ambientais. A gestão pública é encarada como distante de dialogar com as comunidades, sendo necessária uma aproximação com os diversos personagens sociais que trazem o sofrimento, a inquietude e problemas de maneira geral que vivenciam diariamente ou rotineiramente. Mesmo com os obstáculos existentes, acreditam que é possível mudar, se for permitido espaço para a aproximação da sociedade e o desenvolvimento de um diálogo real e não um diálogo que é apresentado às propostas já construídas sem o coletivo. A partir disso, a sociedade sendo inserida de maneira integrada e cooperativa, onde pessoas interessadas e engajadas, com a acesso à informação, o entendimento do que é uma denúncia, leis ambientais, do porquê e o que precisa ser protegido e conservado, cobrariam do poder público esteja a serviço da sociedade e não de interesses de outros.

Trabalhar com essas temáticas é de grande relevância para as políticas públicas, pois a constante mudança da sociedade, por exemplo através da globalização acarreta transformações benéficas e maléficas tanto para a natureza quanto para todos os seres, inclusive os humanos. Assim, as políticas públicas são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, assegurando direitos aos cidadãos, além de estabelecer os valores importantes ao desenvolvimento social, cultural, ambiental, educacional, entre tantos outros.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebe-se que o surgimento do movimento ambientalista na década de 60 possibilitou o início de transformações na sociedade, no que tange às questões ambientais, que antes não eram encaradas com relevância no contexto político e econômico, a partir deste entendimento da necessidade de mudanças para que fosse possível preservar e viver em harmonia com o meio ambiente. No Brasil, os poucos marcos legais existentes na década de 30 aprovaram somente a utilização de recursos naturais, a pressão externa para a criação de políticas públicas ambientais foi originária de eventos importantes três décadas depois. A partir desses eventos foram criadas políticas públicas ambientais com propostas de mudança tanto de aspectos econômicos, políticos e educacionais, como, por exemplo a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81), que visa garantir a preservação e melhoria do meio ambiente para assegurar o desenvolvimento socioeconômico e a qualidade de vida.

Em conjunto com esse novo contexto que o mundo e o Brasil estavam vivenciando observa-se a participação de grupos da sociedade e diversas organizações foram relevantes para que suas realidades fossem ouvidas e o interesse coletivo também fosse considerado para a criação das políticas públicas. Destaco neste trabalho o papel da juventude e o papel de Organizações Não Governamentais que, ao discordar dos padrões das instituições sociais e do modelo de sociedade consumista, se tornam agentes transformadores na política, cultura, sistema econômico e entre outros.

As dificuldades encontradas para a realização da pesquisa foram de conseguir materiais para estudos documentais sobre a instituição escolhida e o conhecimento de números atualizados sobre a quantidade de impactados com as ações desenvolvidas desde sua criação, apesar da existência desses documentos, eles não foram trabalhados para a geração desses dados, sendo necessário entrevistar uma das fundadoras da ONG para saber detalhes. Outro entrave encontrado foi o cenário que a pandemia ocasionada pelo Coronavírus trouxe às nossas realidades, não permitindo a participação das ações desenvolvidas pelo Verdeluz.

A ONG estudada, o Instituto Verdeluz, atuante na cidade de Fortaleza e no estado do Ceará, representa a importância desses grupos nas ações de Educação Ambiental na sociedade. É possível afirmar que a instituição promove ações que causam impactos, desde atividades educativas com jovens e crianças, à participação em conselhos, trabalhos com comunidades locais e atividades com a fauna e flora da cidade de Fortaleza. A pesquisa teve também o interesse de entender como a vida dos voluntários está relacionada com a questão socioambiental, onde se percebe que desejam: promover mudanças de paradigmas; entrar na

sociedade com questões que envolvam governo e sociedade civil no intuito de alcançar transformações; informar e dialogar com as pessoas sobre a importância das questões ambientais para a qualidade de vida presente e futura; e a diminuição da desigualdade através da conscientização dos próprios direitos.

A dificuldade na obtenção de recursos financeiros é o maior obstáculo para o desenvolvimento de mais ações, porém felizmente se tem encontrado meios para a captação de verbas, podendo assim dar continuidade aos projetos e programas existentes. O engajamento também é identificado como uma das dificuldades, mas na instituição membros mais antigos se dispõem a ajudar com direcionamento.

Por fim, a pesquisa encontrou concepções que com a Educação Ambiental é possível fazer acontecer as mudanças necessárias para proteger a biodiversidade e a sociedade, a fim de diminuir os efeitos negativos do sistema capitalista, seja na saúde, cultura, infraestrutura, saneamento e educação. Além disso, com a pesquisa se conclui que a EA promove valores que, se instituídos/encontrados dentro da humanidade, é possível agir com as demais espécies, tanto no aspecto social como ambiental, na promoção de outro paradigma de vida e não precisando estar preso ao consumo desenfreado sem pensar nas consequências futuras e no aspecto humano.

Estudar o Instituto Verdeluz, os setores e os programas existentes possibilitaram conhecer os pormenores da construção de uma ONG que atua em Fortaleza, suas redes e suas dificuldades. Idealizada por um grupo de estudantes que acreditaram que juntos poderiam promover mudança e despertar outras pessoas para causa ambiental na busca de “reconectar o ser humano com a natureza”. As informações desse estudo podem incitar em outros discentes de Gestão de Políticas Públicas ou aqueles que desejam atuar em uma ONG, novos estudos e propostas para fortalecer as atividades desempenhadas e identificar soluções para os problemas enfrentados, assim como meios para dar mais visibilidade às ações, para trazer a ONG mais perto da sociedade e do poder público.

O estudo também buscou contribuir para reflexões acerca do Terceiro Setor para a Gestão de Políticas Públicas e o Campo de Públicas já que os profissionais da área podem atuar nas organizações do Terceiro Setor realizando trabalhos relacionados ao planejamento e implementação de políticas, possibilitando debates e soluções para que os serviços prestados pelo Estado sejam executados de forma mais eficiente e democrático. E que também encontre novos meios para incentivar a participação da sociedade civil para que seus interesses sejam postos em pautas, sejam defendidos e proporcionem o melhor para a comunidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Bruno Pinto de. **As relações entre o homem e a natureza e a crise socioambiental**. Rio de Janeiro, RJ. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), 2007.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOCA DO GOLFINHO. **Boca do Golfinho**. Disponível em: <http://bocadogolfinho.org/>. Acesso em 01. Dez de 2019.

BOGHOSSIAN, Cynthia Ozon; MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos**. Saúde e sociedade, 18.v, 2009. p. 411-423.

BRASIL Ministério das Relações Exteriores. **Objetivo do Desenvolvimento Sustentável**. Disponível: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/134-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>. Acesso em: 22. Set de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012. Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/15261/constituicao_federal_35ed.pdf?sequence=9 Acesso em: 02. Jan de 2021.

BRASIL. **Lei no 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm Acesso em: 28 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Economia. **Política Agrícola e Meio Ambiente**. Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/politica-agricola-e-meio-ambiente/atuacao-spe/politica-ambiental>. Acesso em 06 de ago. 2021.

BRASIL. Ministério Do Meio Ambiente. **Educação Ambiental**. Disponível em: <https://mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-nacional-de-educacao-ambiental.html>. Acesso em 05. Jan de 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Educação Ambiental**. Disponível em: http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80221/pronea_4edicao_web-1.pdf. Acesso em: 5 nov. 2019.

BRASIL. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. **Juventude, cidadania e meio ambiente:** subsídios para elaboração de políticas públicas. / Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente; Ministério da Educação. – Brasília: Unesco, 2006.

CEARÁ. Gestão Fiscal. **Sua Nota Tem Valor:** saiba como participar, concorrer a prêmios e ajudar a quem precisa. Ceará. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2021/05/20/sua-nota-tem-valor-saiba-como-participar-concorrer-a-premios-e-ajudar-a-quem-precisa/>. Acesso em: 2 ago. 2021.

DE MOURA CARVALHO, Isabel Cristina. **Educação ambiental:** a formação do sujeito ecológico. Cortez Editora, 2017.

DEBONI, Fábio. **Educações ambientais e juventudes:** movimento singular e plural. In: MATOS, K. (org.) Cultura de paz, Educação Ambiental e movimentos sociais: ações com sensibilidade. Fortaleza: UFC, 2006.

ESTEVES, Luis Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, juventudes:** pelos outros e por elas mesmas. In M. Abramovay, E. R. Andrade & L. C. Esteves (Orgs.), Juventudes: outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO.2007. p. 21-56.

FIGUEIREDO, João B. A. **Educação Ambiental Dialógica:** as contribuições de Paulo Freire e a cultura sertaneja nordestina. Fortaleza: Edições UFC, 2007.

FORTALEZA. Prefeitura de Fortaleza. Prefeitura de Fortaleza realiza primeira oficina para o Plano Municipal de Educação Ambiental 2017-2027. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-de-fortaleza-realiza-primeira-oficina-para-o-plano-municipal-de-educacao-ambiental-2017-2027>. Acesso em: 8 nov. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Zeide Lúcia Gusmão Cunha et al. **Ambientalismo:** um estudo sobre as identidades das ONGs ambientalistas no Brasil. 2006.

Instituto Verdeluz. Disponível em: <http://verdeluz.org/>. Acesso em: 20 nov. 2019.

IPEA. Mapa das Organizações da Sociedade Civil. **Glossário.** Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/glossario>. Acessado em 01. Ago de 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MAY, Peter H. (org.). **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. 2. ed - Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MILANI, C. R. S. **O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias**. RAP-Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, maio/jun. 2008. p. 551-579.

MONIZ, André Ferreira; GÜNTHER, Hartmut. Voluntariado ambiental: um estudo exploratório. **Psico**, v. 42, n. 1, jan/mar. 2011. p. 116-123.

MOURA, Adriana Maria Magalhães. **Trajетória da Política Ambiental Federal no Brasil**. IPEA: 2016.

NOVAES, Regina Reyes; RIBEIRO, Eliane. **Livro das juventudes sul-americanas**. 2010. Disponível em: http://www.ibase.br/userimages/livros%20das%20juventudes_FINAL1.pdf. Acesso em: 1 de nov. 2020.

SAUVÉ, Lucie. **Educação Ambiental: possibilidades e limitações**. 2005.

SECCHI, L. **Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções**. São Paulo: Cengage Learning Edições Ltda, 2017. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/An%C3%A1lise_de_pol%C3%ADticas_p%C3%BAblicas/CgMHEAAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&printsec=frontcover. Acesso em 01 ago. 2021.

SORRENTINO, Marcos; DA SILVA, Ana Clara Nery. **Políticas públicas de educação ambiental (EA) e gestão do meio ambiente no brasil**. Revista Relicário, v. 6, n. 11, 2019. p. 48-62.

THEODORO, Suzi Huff; ZANETI, Izabel. **Responsabilidade social e educação ambiental: a tradução da mudança de paradigma**. et. al. Direito ambiental e desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

TORO, A. José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social: "um modo de construir a democracia e a participação"**. Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal: Secretaria de Recursos Hídricos: ABEAS: UNICEF, 1997.

VARGAS, Ana Carolina Comin. Participação social e ONGs: esboço de uma

problemática. In: Anais XV ABRAPSO 2009: Psicologia social e políticas de existência: fronteiras e conflitos. Resumo e Trabalho Completo. Maceió: 2009. ISSN: 1981-4321. Disponível

em: http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/501.%20participa%C7%C3o%20social%20e%20ongs.pdf Acesso em: 30 dez.2020.

ZAPPELLINI, Marcello Beckert; FEUERSCHÜTTE, Simone Ghisi. **O Uso da Triangulação na Pesquisa Científica Brasileira em Administração.** Administração: Ensino e Pesquisa, [S.l.], v. 16, n. 2, 2015. p. 241-273. Disponível em: <https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/238/183>. Acesso em: 05 jul. 2021.

**APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA VOLUNTÁRIOS DO INSTITUTO
VERDELUZ**

1. Nome
2. Com qual gênero você se identifica?
3. Qual a sua idade?
4. Você se identifica como:
5. Escolaridade (se universitário(a), qual curso?)
6. Renda familiar
7. Religião
8. Ocupação
9. Bairro em reside
10. Antes de participar do Instituto Verdeluz, você já havia participado de outros trabalhos voluntários de algum grupo (religiosos, estudantil, artístico, ambiental) ou de associações ou de movimentos sociais?
11. Como você conheceu o Verdeluz?
12. O que motivou você a participar do Verdeluz?
13. Quanto tempo você atua no Verdeluz?
14. Qual o projeto você participa atualmente? (Se mais de um, quais já participou?)
15. Por que você escolheu esse projeto?
16. O que te motiva a estar participando do Instituto Verdeluz, dedicando o seu tempo ao projeto?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA MEMBRO FUNDADORA DO INSTITUTO VERDELUZ

1. Nome
2. Idade
3. Etnia/Raça
4. Escolaridade
5. Renda familiar
6. Religião
7. Ocupação
8. Bairro onde reside
9. Antes de participar do Instituto Verdeluz, você já havia participado de outros trabalhos voluntários, de algum grupo (religiosos, estudantil, artístico, ambiental) ou de associações ou de movimentos sociais?
10. E a quanto tempo você atua/atuou no Verdeluz?
11. O que você fazia na UFC quando o projeto de extensão foi criado? E atualmente?
12. Como aconteceu a criação do projeto Verdeluz?
13. Fale da história do Verdeluz? Desde sua fundação? (Ano de fundação, atividades, professor(a) responsável)
14. Quantos bolsistas e professores participavam quando era um projeto de extensão?
15. Em que ano virou Ong? E por que?
16. Ao longo da sua vida, como é sua relação com o meio ambiente? E o que te preocupa em relação ao meio ambiente?
17. Vocês têm parcerias com alguma instituição ou órgão público? Com quais? Como começar essas parcerias?
18. Como vocês conseguem recursos para a ONG?
19. Quantos voluntários existem atualmente?
20. Como é o ingresso deles? Quem pode participar? Como é feita a divulgação da seleção?
21. Quando eles são selecionados dentro da ong eles fazem alguma preparação/capacitação? Como é a atuação deles no instituto?
22. Quais locais/comunidades os projetos atuam?
23. O alcance dos projetos atingiu quantas pessoas? Como é medido os impactos dos projetos de vocês?

24. Vocês mostram nas redes sociais a participação de vocês em eventos locais, nacionais e internacionais, como se dar essa participação? Vocês são convidados ou vocês vão atrás de se inscreverem?
25. Nos eventos que vocês participam, o que buscam? É divulgar o Verdéluz, mostrar/denunciar o que está acontecendo em Fortaleza?
26. Quais as maiores dificuldades como ONG?
27. Como você acredita que a gestão pública e sociedade podem minimizar/ solucionar os problemas socioambientais existentes?
28. Você participa de algum projeto atualmente?

**APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA JOVENS VOLUNTÁRIOS(AS)
DO INSTITUTO VERDELUZ A MAIS DE 1 ANO**

1. Nome
2. Idade
3. Etnia/raça
4. Escolaridade (se universitário qual curso)
5. Renda familiar
6. Religião
7. Ocupação
8. Bairro em reside
9. Antes de participar do Instituto Verdeluz, você já havia participado de outros trabalhos voluntários, de algum grupo (religiosos, estudantil, artístico, ambiental) ou de associações ou de movimentos sociais°
10. Como você conheceu o Verdeluz?
11. O que motivou você a participar do Instituto Verdeluz?
12. Quanto tempo você atua no Instituto Verdeluz?
13. Qual o projeto que você participa atualmente? Quais já participou?
14. Por que você escolheu esse?
15. Como ocorre a sua atuação no projeto?
16. Ao longo da sua vida, como é sua relação com o meio ambiente?
E o que te preocupa em relação ao meio ambiente?
17. Você acredita que os projetos de Educação Ambiental causam algum impacto na sociedade?
Quais?
18. O que você aprendeu desde de que ingressou como voluntário(a)?
19. E esse aprendizado é “usado” só quando você participa das atividades da ONG ou você leva isso para fora daqui? Tipo atividades no seu bairro, condomínio, faculdade? Você já realizou alguma? Quais?
20. O que te motiva a estar aqui participando, dedicando o seu tempo ao projeto?
21. E ser voluntário(a) te impulsiona a conhecer e participar mais das causas de educação ambiental? Por exemplo, conhecer as políticas públicas existentes, denunciar irregularidades, divulgar o que está acontecendo atualmente etc.
22. Você acredita que Educação Ambiental e política estão relacionadas? Por que?

23. Como você acredita que a gestão pública e sociedade podem minimizar/ solucionar os problemas socioambientais existentes?

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Concordo em participar, como voluntário(a), do estudo que tem como pesquisadora responsável o aluna de graduação Thaynara Pontes Cardoso, de matrícula de número 382017, do curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, que pode ser contatado pelo e-mail thyanara_pcardoso@hotmail.com e pelo telefone (85) 98764-1861. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevista com voluntários do Instituto Verdeluz, visando, por parte da discente a realização de um Trabalho de Conclusão de Curso de graduação intitulado “Instituto Verdeluz e Juventude: Ações Desenvolvidas Como Ferramenta de Mudanças Socioambientais.” Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos serão divulgados e publicados na pesquisa citada e que será preservado o meu anonimato, caso eu julgue necessário, assegurando assim minha privacidade. A discente providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento, caso eu julgue necessário. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura do participante

RG ou CPF

Fortaleza, ____ de _____ de 2020